



Diário Oficial

Douradina - Estado de Mato Grosso do Sul

DIODINA - Diário oficial do Município de Douradina - MS

Terça-feira 10 de fevereiro de 2026

Criado pela Lei N° 530 de 05 de março de 2021
Ano: 004 - Edição: N° 1221



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE DOURADINA-MS - DINAPREV



PORTARIA 03/2026 DINAPREV

*Declaração de extinção de pensão em
razão de maioridade.*

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE DOURADINA/MS-DINAPREV, Estado de Mato grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei de Previdência Municipal n°085, de 17 de dezembro de 2021.

RESOLVE

Art. 1º. - Declarar extinto o benefício de Pensão do Sr. **Eduardo Marques Brante**, em razão de sua maioridade absoluta ocorrida no dia **08 de fevereiro de 2026**.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Douradina MS, 09 de fevereiro de 2026.

Janaina Andrade Pires Cese
Diretora Presidente – DINAPREV
Portaria n° 067/2025





Diário Oficial

Douradina - Estado de Mato Grosso do Sul

DIODINA - Diário oficial do Município de Douradina - MS

Terça-feira 10 de fevereiro de 2026

Criado pela Lei Nº 530 de 05 de março de 2021
Ano: 004 - Edição: Nº 1221



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
GABINETE DA PREFEITA

DECRETO MUNICIPAL Nº 05, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.

Prorroga os prazos de vencimentos para pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano do Município de Douradina/MS, referente ao exercício de 2026, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Douradina – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o Decreto é um ato normativo de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que a administração pública deve trilhar no caminho dos princípios administrativos encartados no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o relevo que deve ser dado aos princípios da supremacia do interesse público e da eficiência;

CONSIDERANDO que o princípio da supremacia do interesse público é regrado por critérios de oportunidade e conveniência, sobre o que não compete ao administrado evitar, posto que a própria existência do Estado somente tem sentido se o interesse a ser por ele perseguido e protegido for de interesse público, qual seja o interesse da coletividade;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 122, de 11 de dezembro de 2025, notificou o lançamento de ofício do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2026 e fixou regras, condições e prazos para seu pagamento;

CONSIDERANDO que a definição de prazos adequados para o cumprimento das obrigações tributárias constitui medida de gestão fiscal responsável, capaz de estimular a adimplência, reduzir a inadimplência e assegurar maior previsibilidade financeira aos contribuintes;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa e o interesse público em conceder prazo adicional aos contribuintes para organização financeira, sem prejuízo à arrecadação municipal;

CONSIDERANDO, por fim, que a prorrogação dos vencimentos do IPTU não implica renúncia de receita, mas tão somente adequação do calendário fiscal, preservando a integralidade do crédito tributário lançado,

DECRETA:

Art. 1º Ficam **PRORROGADOS** os prazos para pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, referente ao exercício de 2026, originalmente fixados pelo Decreto Municipal nº 122, de 11 de dezembro de 2025..



Diário Oficial

Douradina - Estado de Mato Grosso do Sul

DIODINA - Diário oficial do Município de Douradina - MS

Terça-feira 10 de fevereiro de 2026

Criado pela Lei Nº 530 de 05 de março de 2021
Ano: 004 - Edição: Nº 1221



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
GABINETE DA PREFEITA**

Art. 2º O art. 3º do Decreto Municipal nº 122/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os prazos para pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, do exercício de 2026, serão:

I – Na hipótese de cota única, com desconto de 20% (vinte por cento) por cento sobre a base de cálculo do imposto, até o dia 31/03/2026;

II – Na hipótese de parcelamento, conforme vencimentos a seguir:

- a) primeira parcela: 31/03/2026;*
- b) segunda parcela: 30/04/2026;*
- c) terceira parcela: 30/05/2026;*
- d) quarta parcela: 30/06/2026;*
- e) quinta parcela: 30/07/2026;*
- f) sexta parcela: 30/08/2026*
- g) sétima parcela: 30/09/2026; e*
- h) oitava parcela: 30/10/2026.*

§ 1º Caso o vencimento ocorra em dia não útil, o prazo para automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

§ 2º Permanecem inalteradas as demais disposições relativas à inscrição em dívida ativa, multa e juros”.

Art. 3º Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes do Decreto Municipal nº 122, de 11 de dezembro de 2025, que não contrariem o presente Decreto..

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos exclusivamente em relação aos prazos de vencimentos do IPTU/2026

Gabinete da Prefeita Municipal, em 09 de fevereiro de 2026.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

**NAIR BRANTI
PREFEITA MUNICIPAL**